

**Intervenção**  
**do Director Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa na**  
**Sessão de Parceria com a Comissão Europeia**

**XIV CONFERÊNCIA DOS PRESIDENTES**  
**das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia**

**Caïena, 29 de Outubro de 2008**

- *Senhor Presidente da Conferência;*
- *Senhora Comissária Europeia;*
- *Senhores Presidentes e Representantes das RUP;*
- *Senhor Representante da Presidência Francesa;*
- *Senhores Representante dos Estados-membros da Suécia e de Espanha;*
- *Senhores representantes eleitos da Guiana;*
- *Senhoras e senhores membros das delegações*

O ano que decorreu, desde a Conferência dos Presidentes da Madeira, ficou claramente marcado pelo período de consulta pública sobre Comunicação da Comissão Europeia sobre “A Estratégia para as RUP: progressos e Perspectivas Futuras”.

Nos Açores, o período de consulta pública constituiu uma oportunidade de envolvermos a população nas suas temáticas e de aproximarmos, também, por esta via, os Açores da Europa. Este foi, aliás, um compromisso assumido e anunciado pelo Presidente do Governo Regional dos Açores na Conferência da Madeira, no ano passado.

Na verdade, a tarefa de construção de um novo paradigma de relacionamento entre a União e as nossas Regiões é transversal a toda a sociedade e só poderemos reivindicar, efectivamente, uma Europa mais próxima das Regiões Ultraperiféricas se as nossas populações se mostrarem, elas também, empenhadas, conscientes e activas neste processo.

Foi, precisamente, com o intuito de reforçar a participação açoriana na construção desta “parceria reforçada” - e de ouvir aqueles que, sendo cidadãos

açorianos e portugueses, também são, de pleno direito, europeus - que o Governo dos Açores, lançou um amplo processo de auscultação pública, com sessões em cada uma das nove ilhas da Região, sobre a comunicação da Comissão sobre “A Estratégia para as RUP: progressos e Perspectivas Futuras”.

Após a auscultação institucional de federações sócio-profissionais, de associações sindicais, de partidos políticos e da universidade, foram realizadas 9 sessões de debate, abertas ao público, de Santa Maria ao Corvo, em que participaram estudantes, académicos, membros de organizações sociais e profissionais, representantes políticos e cidadãos em geral, interessados em manifestar a sua opinião sobre os reais constrangimentos ao desenvolvimento - não só da região, mas de cada uma das suas ilhas em particular - bem como sobre as oportunidades para potenciar o crescimento económico e bem estar da população das ilhas. Mas não só,

Senhora Comissária,

O Governo Regional dos Açores organizou, em parceria com a Universidade dos Açores, uma campanha de informação sobre a União Europeia, com sessões em todas as escolas secundárias da Região, em todas as ilhas do arquipélago.

Nestas conferências, foram abordados temas como a História, as instituições e o funcionamento da União Europeia, com especial incidência nas políticas de coesão e de desenvolvimento regional, bem como, na vertente do relacionamento com instituições e organismos europeus, o estatuto e actuação externa dos Açores, como região autónoma e ultraperiférica da União Europeia.

Também o Dia da Europa mereceu um especial destaque neste ano, através de um concurso de dissertações organizado em todas as escolas da Região, subordinado ao tema do “Ano Europeu do Diálogo Intercultural”, cuja sessão final, no dia 9 de Maio, contou com a presença e intervenção do Presidente do Governo dos Açores, facto que dá conta, por si só, da importância que os assuntos da União Europeia e o exercício da sua cidadania - principalmente junto dos jovens - revestem para a Região.

Deste processo de auscultação pública de esclarecimento, resultou, assim, uma percepção muito clara e própria do pensamento dos açorianos acerca das contingências e possibilidades de desenvolvimento da Região, do papel da União Europeia neste processo e, com ele, certamente aproximamos os Açores da Europa.

Salientamos, neste âmbito, em relação à opinião das populações dos Açores:

- A transversalidade da questão das acessibilidades e dos transportes - quer inter-ilhas, quer com o exterior, por via marítima ou aérea - como principal condicionante ao desenvolvimento do mercado interno e da economia em geral, bem como do nível do seu bem-estar, com especial destaque para as dificuldades decorrentes da dupla insularidade.
- A indispensabilidade da aposta na formação, na inovação e nas tecnologias de informação, como meio para colmatar e minimizar o isolamento geográfico e fomentar o empreendedorismo e a competitividade da economia;
- A percepção da dimensão cultural e histórica da Região, como factor de afirmação e de integração dos Açores na Europa e no mundo;
- A importância de continuar a apoiar as actividades tradicionais, como a agricultura e as pescas, sectores estratégicos e centrais da economia e vivência açorianas, reforçando-se a preservação dos recursos, bem como
- A consciência da necessidade de se preservar e potenciar a mais-valia ambiental da região e conseqüente importância de se manter e aprofundar a aposta nas energias renováveis, na sustentabilidade dos recursos e na preservação da biodiversidade como pilar diferenciador dos Açores no contexto europeu e global.

Por outro lado e é muito importante salientar a clara a percepção da população açoriana em relação à actualidade e necessidade de se aprofundarem os apoios da UE no que diz respeito aos eixos identificados e desenvolvidos nas comunicações de 2004, num reconhecimento das especificidades das RUP, a saber, a redução do défice de acessibilidades e dos efeitos de outras dificuldades permanentes, o aumento da competitividade da sua economia e o reforço da sua integração nos espaços geográficos que lhe são mais próximos.

Ora, como sabemos, na sequência deste processo de consulta pública assistimos, na semana passada, ao anúncio de uma nova Comunicação, apropriadamente intitulada “As Regiões Ultraperiféricas: um trunfo para a Europa”

E a primeira nota a deixar é que se trata, claramente, de uma mudança positiva, a saber, a mudança de paradigma, a valorização das nossas mais-valias, a passagem de “regiões-problema” da UE para “regiões de oportunidade” !

Esta era, aliás, uma reivindicação de há muito do Governo dos Açores, lembrando, por exemplo, que este foi o tema trazido, há dois anos, na conferência dos Presidentes RUP da Guadalupe, precisamente, nesta mesma reunião de parceria com a Comissão Europeia.

E, não podemos deixar aqui de fazer uma justa referência e reconhecimento público a todo o empenho da Senhora Comissária Danuta Hubner em prol das nossas Regiões, quer pelo esforço pessoal no conhecimento da realidade de cada região ultraperiférica, que no acolhimento desta “nova” visão da ultraperiferia europeia...

Justo e merecido é, também, fazer uma especial atenção ao desempenho da Unidade RUP, que com prazos extremamente apertados e com meios limitados, têm correspondido às solicitações e dado uma clara resposta, pela relevância do seu trabalho, àquelas vozes que se levantavam a favor da sua extinção. Pelo

contrário, urge sim reforçar a acção da Unidade RUP e dotá-la de mais meios, face aos desafios do futuro próximo...

No entanto, gostaríamos de reforçar a necessidade de, não só assistirmos a uma mudança de paradigma, mas, essencialmente, de avançarmos com uma nova “pedagogia” da ultraperificidade!

Por isso, não obstante o registo positivo de uma mudança de discurso, é necessário, agora, avançar com uma política que seja verdadeiramente concretizadora deste novo paradigma.

Não se pode, por exemplo, esquecer ou considerar que estão superados os temas e eixos da comunicação de 2004, que se mantém com plena actualidade e relevância.

E, não nos iludamos, a mudança deste paradigma constitui um desafio acrescido para todos, com vista ao reconhecimento de um tratamento transversal e permanente sobre condicionalismos que sofremos, a par da justa reivindicação do aproveitamento das nossas potencialidades.

Esta mudança é uma luta de há muito das Regiões Ultraperiféricas, acolhida agora pela Comissão Europeia, mas que tem também de ser acolhida, não só na DG-Regio, mas em todas as direcções-gerais, pelo membros do Parlamento Europeu, pelos Estados-membros, tendo em vista uma mudança que deve também tomar lugar – numa perspectiva fundamental - na adopção de medidas, concretas, verdadeiramente potenciadoras do desenvolvimento das nossas Regiões. Trata-se, portanto, de um trabalho de continuidade e de persistência.

Fundamental, nesta nova pedagogia que urge implementar, parece-nos, foi o reconhecimento da proposta avançada pelo Governo dos Açores na Conferência de Maio, em Bruxelas sobre o Futuro das RUP, de realização de um “Fórum da Ultraperiferia Europeia”, que reúna, em Bruxelas, os mais altos representantes e responsáveis no âmbito da EU e dos seus Estados-Membros.

Senhora Comissária,

Nos Açores, como referi atrás, temos insistido numa “pedagogia da UE” junto das nossas populações. Num espírito de pareceria, é assim necessário, agora, que a UE implemente, em Bruxelas, a “pedagogia do conhecimento e valorização das Regiões Ultraperiféricas”...

Mas, não obstante esta mudança, positiva, de discurso, matérias existem que nos levantam preocupações acrescidas, porque demonstram que a prática das instituições europeias não acompanha esta desejada mudança de paradigma e atenção específica às regiões ultraperiféricas...

A directiva que integrou o sector da aviação no regime do comércio de emissão de licenças de CO<sub>2</sub> é um exemplo claro de como uma política da União Europeia, não obstante todos os nossos alertas e trabalho, não tomou em conta a necessidade de uma excepção clara e transversal, para as RUP.

Mais uma vez, não podem Regiões – como os Açores - que têm tido um papel-chave e constituído um exemplo para toda a UE no âmbito da aplicação de medidas de combate às alterações climáticas, em particular, em relação à emissão de gases de efeito de estufa, serem gravemente prejudicadas e discriminadas, das as suas particularidades únicas, em relação a um sector vital para o seu desenvolvimento.

Do mesmo modo, na revisão em curso do regime geral de comércio de emissões de CO<sub>2</sub>, não obstante o trabalho e alertas lançados, corremos o sério risco de não vermos consagradas as necessárias medidas específicas e de excepção para as RUP....

E este assunto causa-nos especial preocupação, tendo em conta, também, uma eventual integração do sector do sector transportes marítimos no regime de comércio de licenças de emissão de CO<sub>2</sub>...

É importante também sublinhar a importância da Política Marítima como vector de desenvolvimento das RUP e a necessidade da Comissão Europeia garantir que reconhecimento do papel e importância das RUP referido no Livro Azul seja efectivamente promovido e potenciado, através da adopção de medidas concretas e específicas para as RUP, visando o desenvolvimento das actividades económicas, de investigação, de vigilância e de manutenção de ecossistemas e biodiversidade dos seus territórios marítimos, acompanhadas dos necessários financiamentos, estruturas e meios.

Chamamos à atenção da Comissão Europeia a necessidade de ter em conta as especificidades dos mares dos Açores, relativamente às fragilidades biológicas das suas zonas de pesca e à grande dependência social e económica dos recursos haliêuticos existentes na sua zona económica exclusiva;

Reivindicamos a criação de um regime que reserve as Zonas Económicas Exclusivas adjacentes às RUP para as suas frotas locais, pelo menos enquanto não existir uma avaliação científica do potencial dos recursos nas suas águas, que garanta as suas eventuais capacidades biológicas para partilha de recursos;

E chamamos a atenção para a necessidade de avaliar, nos termos do princípio da estabilidade relativa, o impacto sócio-económico que um aumento do esforço de pesca, por embarcações de maior capacidade pesqueira nas ZEE adjacentes às Regiões Ultraperiféricas, ocasionará para a sustentabilidade das respectivas comunidades locais

Por fim, chamaria a atenção para um sector fundamental para a actividade económica da Região – a agricultura e o sector leiteiro em particular. É imprescindível sublinhar, no âmbito do health check da PAC, a necessidade de ser especialmente salvaguardado o desenvolvimento das produções tradicionais onde as regiões ultraperiféricas têm vantagens comparativas – como é o caso do sector do leite, nos Açores - bem como de serem estabelecidas medidas de acompanhamento e de compensação específicas ( por exemplo, no caso de um

eventual desmantelamento do sistema de quotas ), que permitam ao sector agrícola continuar a aumentar os seus níveis de sustentabilidade e de competitividade.

Por fim, gostaríamos de chamar a atenção para a necessidade da política regional pós-2013 contemplar, instrumentos específicos e fundos adequados às várias realidades e dimensões territoriais da Europa, bem como às contingências e potencialidades de cada Região, em especial daquelas, como as RUP, que se deparam com dificuldades acrescidas, estruturais e permanentes, no seu processo de desenvolvimento.

E chamamos ainda a atenção para o livro verde sobre coesão territorial, documento que, em nossa opinião, não só não dá o destaque esperado e exigido à especificidade da realidade territorial das RUP, como dilui e confunde o seu conceito...

Em suma, Senhora Comissária, este ano que passou constituiu certamente um ponto de mudança e de viragem para um novo futuro para as Regiões Ultraperiféricas. Se encararmos esta nova Comunicação – o que deverá ser feito – como uma etapa, esta será certamente positiva, porque reforça a tónica no conhecimento sobre as RUP e no aproveitamento das suas mais-valias, sem esquecer os seus condicionalismos...

Estamos, todos, assim, ansiosos pela concretização desta mudança de paradigma, pelos resultados práticos desta nova pedagogia da ultraperiferia europeia...e, com tal objectivo, continuaremos todos a trabalhar, em parceria...

Rodrigo Oliveira



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO  
Gabinete do Secretário Regional da Presidência  
**Direcção Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa**